

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

Editor-coordenador
Luiz Lasserre
llasserre@grupootarde.com.br

salvador@grupootarde.com.br

PORTAL 14 mil pessoas vivem nas ruas
de Salvador sem garantia de direitos

www.atarde.com.br

POLUIÇÃO SONORA Somente este ano, Salvador já recebeu 11.932 denúncias. Em 2016, foram registradas 54.782

Capital carece de métodos para reduzir ruído

Joá Souza / Ag. A TARDE / 10.10.2014

ANDERSON SOTERO

Em uma cidade barulhenta como Salvador, o ruído faz parte da rotina. Mas as consequências de conviver com altos decibéis podem ser verificadas no aumento do estresse, dores de cabeça, problemas gástricos, entre outros. Especialistas defendem que é preciso adotar mecanismos para amenizar esses danos, mas afirmam que a capital baiana ainda carece de estratégias que minimizem o impacto dos ruídos.

Somente este ano, o município já recebeu 11.932 denúncias de poluição sonora. Em 2016, foram 54.782. De 2013 a 2017, a prefeitura registrou 1.836 termos de apreensão de bens. O tráfego de veículos é o maior produtor de ruídos.

Mestre em acústica, a arquiteta e urbanista Débora Miranda Barretto afirma que Salvador é uma cidade barulhenta. “Não há barreiras acústicas nas avenidas. Os ruídos são direcionados para os imóveis. Não tem nenhum elemento que os reduza”, diz a especialista, que é diretora técnica de uma empresa especializada em consultoria, elaboração e implantação de projetos de áudio e acústica.

Segundo a profissional, há mecanismos que podem minimizar o impacto. Além da instalação das barreiras, o tipo de asfalto utilizado e até a gestão do tráfego são algumas alternativas apontadas.

Como exemplo, Débora cita o Dique do Tororó, cercado por avenidas de grande fluxo. “Não conheço nenhum lugar público em Salvador que tenha barreiras acústicas. O ruído afeta muito a saúde, e a gente se acostuma, acha que é normal, mas o sistema nervoso, não. Ele é afetado e vamos ficando menos paciente, menos tolerante. Estimula problemas gástricos, cardíacos, dor de cabeça e estresse”, diz.

Em 2007, a arquiteta fez um estudo sobre o impacto da instalação do metrô no ruído já existente da Av. Bonocó, o que resultou na sua dissertação de mestrado na Universidade Federal da Bahia (Ufba). Ela contou que a média da avenida era de 82 decibéis à época. Com o novo modal, haveria um acréscimo de seis decibéis.

“Fiz uma simulação acústica, já que ainda não funcionava. O metrô foi instalado sem nenhum tipo de atenuação acústica. Mas não é exclusivo dele. É algo geral na cidade”, pontua.

Limite

Concessionária que opera o metrô, a CCR informou que monitora a emissão de ruídos com foco “no respeito aos limites estabelecidos”: “O metrô possui cerca de 40 pontos de monitoramento. Cada ponto é avaliado individualmente, e, em geral, nota-se a predominância do ruído advindo do trânsito local. Casos eventuais são avaliados e recebem a tratativa necessária”.

Com relação ao espaço privado, Débora Miranda disse que Salvador é ruidosa no segmento de entretenimento, o que inclui bares, restaurantes e festas. “A partir de 55 decibéis já é o início do estresse auditivo”, explica.

Presidente da ProAcústica, uma associação nacional que congrega empresas relacionadas à qualidade acústica, Edson Claro defende que há ações que podem ser feitas por parte do poder público: “Há fiscalização, criação de barreiras acústicas, alteração de pavimentação e de trânsito, evitar lombadas próxi-



Lei de combate à poluição sonora estabelece o volume máximo permitido para cada horário e prevê multas aos responsáveis pela infração

“As pessoas acham que, durante o dia, pode qualquer volume. Infelizmente, só funciona com punição”

MÁRCIA CARDIM, subcoordenadora



“Eu me sinto incomodada. No final de semana é pior. As pessoas reclamam, mas não adianta”

RAQUEL ANUNCIÇÃO, moradora da Boca do Rio

Fotos Margarida Neide / Ag. A TARDE



Boca do Rio é o bairro com maior número de denúncias

O bairro da Boca do Rio lidera o ranking de denúncias de poluição sonora por bairros em 2016. Foram 1.538 queixas, segundo dados da coordenação de fiscalização sonora do município, que até 2016 pertencia à antiga Superintendência de Uso do Solo (Sucom) e passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop).

Em seguida, estão Itapuã (1.466), Cajazeiras (1.412), Pituba (1.197) e Pernambués (1.174). A subcoordenadora do órgão de fiscalização, Márcia Cardim, conta que a principal ocorrência se refere a sons em veículos. “São casos de jovens de 18 a 30 anos que fazem um paredão no carro para disputar o som mais alto e limpo. São os famosos paredões”, conta.

As operações de apreensão são feitas com apoio da Polícia Militar, Guarda Municipal e Transalvador. As denúncias são feitas pelo 156. No entanto, o efetivo é insuficiente para atender a toda a cidade. Na coordenação, trabalham 15 fiscais e, segundo Márcia, há previsão de ampliação.

Atualmente, são feitas duas operações simultâneas na cidade. A meta é passar a realizar quatro. No entanto, ainda não existe previsão de quando terá início.

A principal dificuldade para coibir a poluição sonora, segundo Márcia, é a mudança de consciência. “É a questão da educação. As pessoas acham que, durante o dia, pode qualquer volume. Infelizmente, só funciona na ação punitiva”, acredita.

“Eu me sinto incomodada. No final de semana é pior. Não consigo nem assistir TV. As pessoas reclamam, mas não adianta”, afirma a doadora Raquel Anunciação, 29, que mora na Boca do Rio. Também morador, Lourival Santos, 52, faz coro à queixa. “Ocorre mais no final de linha. No sábado é um barulho danado”, reclama.

mas a residências e até a mudança de pontos de ônibus”.

Para ele, além do poder público, há, também, a responsabilização do indivíduo: “O mais difícil é criar a conscientização, pedir para que colaborem. O que mais me assusta é que as pessoas se adaptam, mas pagam um preço. A conta vem com problemas de estresse, insônia, cansaço, irritação”, alerta.

Salvador não tem, também, mapeamento acústico dos decibéis de cada região. “Para poder agir, é necessário entender o comportamento acústico da cidade. O mapeamento mostra o nível de pressão sonora em cada ponto”, disse Débora Barretto, que cita Belém como um exemplo de cidade mapeada acusticamente.

Edson Claro concorda: “A alternativa é fazer um mapa dos ruídos. Salvador está muito atrasada nesse quesito”, diz. Segundo ele, em São Paulo também está prevista a elaboração de um mapeamento acústico.

Procurada pela reportagem, a prefeitura não informou se o município tem planos de realizar um mapeamento dos ruídos da cidade. De 2013 a 2017, o município registrou 1.836 termos de apreensão de bens, em ações de fiscalização e combate à poluição sonora.

“Salvador é barulhenta. É uma questão cultural, de educação. A gente faz campanha, palestras nas escolas. Trabalhamos muito com a questão da educação ambiental”, ressalta a subcoordenadora do órgão de fiscalização da capital, Márcia Cardim.



Caixas de som colocadas nos veículos estão entre as principais causas do barulho

Impactos na saúde dependem da intensidade e da exposição

A agressão sonora está relacionada, segundo a otorinolaringologista Clarice Saba, à intensidade do ruído e ao tempo de exposição.

“O limite é de, no máximo, 60 a 80 decibéis. O mundo está muito barulhento e a gente não se dá conta”, afirma a médica.

A exposição a ruídos de grande intensidade podem causar, além da perda auditiva em casos extremos, alterações do humor, irritabilidade, estresse.

O primeiro sinal de uma lesão auditiva, ela ressalta, é

o zumbido. Caso persista, a orientação é procurar auxílio médico.

Campanhas

“A nossa cidade é muito barulhenta. Faltam campanhas de esclarecimento e educativas. Já atendi pacientes com lesões provocadas em academias, boates”, destaca a médica.

Uma atitude individual, como o uso do fone de ouvido, também requer cuidados. “Nunca se deve ultrapassar metade da potência do aparelho e, a cada duas

horas, é preciso dar um intervalo”, orienta Clarice.

Para a promotora de justiça do Ministério Público do Estado (MP-BA) Cristina Seixas, é necessário ter uma fiscalização maior, voltada para o uso de som em carros, eventos e bares.

“A cidade precisa realmente ter um trabalho de fiscalização e educação. Há anos Salvador é uma das capitais mais barulhentas. Poluição sonora é crime. Está no artigo 54 da Lei 9.605 de crimes ambientais”, pontua a promotora de justiça.